MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
23 de setembro de 2021

Transparência e controle - NEDILSON MACHADO

Vai ser realizado nesta quinta, 23, e sexta-feira, 24, em São Luís, por iniciativa do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) e dos Ministérios Públicos do Maranhão e de Santa Catarina, o seminário virtual "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais". O evento é destinado a membros, servidores e estagiários do MP brasileiro, gestores municipais e vereadores. A transmissão será via YouTube.

Site:
https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.480.orig.pdf

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Nesta quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no Estado.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por **Procurador de Justiça**, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, "uma vez arguida a suspeição do órgão do **Ministério Público**, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias".

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

(Habeas Corpus nº 0808920-42.2021.8.10.0000)

Site: https://issuu.pdf-downloader.com/print.php?documentId=210922234837-bbdb3d4873fa6cfc20e5ef60a5988309&count=8

Saneamento básico é discutido em reunião do MPMA

Foi realizada, na manhã desta quarta-feira, 22, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, mais uma reunião da Comissão de Gestão Ambiental do **Ministério Público** do Estado do Maranhão. A primeira atividade foi a distribuição de 85 mudas de ipês para membros e servidores da instituição.

Representando o procurador- geral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradorageral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, destacou o trabalho da Comissão em busca de mudanças de comportamentos de membros e servidores do MP. A procuradora de justiça também lembrou o Dia da Árvore, celebrado nesta segundafeira, 21, "fundamental recurso da natureza para a conservação da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos".

Durante a reunião, presidida pela procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, o **promotor de justiça** Cláudio Rebêlo Correia Alencar, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís apresentou uma palestra sobre saneamento básico no Maranhão e no Brasil.

A iniciativa faz parte de um projeto, que está sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão do **MPMA**, que se propõe a fazer um projeto de saneamento básico para os municípios maranhenses em 2022.

De acordo com Cláudio Alencar, o Maranhão é o estado em último lugar em relação ao saneamento, de acordo com números de uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Trata Brasil. O **promotor de justiça** também destacou os marcos legais da Política Nacional de Saneamento, observando que o tema engloba o abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Cláudio Alencar também apontou a diferença entre a coleta e o tratamento do esgoto.

No Maranhão, segundo ele, apenas cerca de 30% do que é coletado passa por estações de tratamento. "Precisamos trabalhar para mudar essa realidade, fazendo o convencimento dos gestores", apontou.

Ainda durante a reunião, houve a apresentação de práticas ambientais por integrantes da Comissão de Gestão Ambiental, composta por membros e servidores da instituição.

Site:
https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/m6Fcw0S=iynOPym3BCRCn9oWLQTv6jcTR7CZ8PL

Lucas Porto tem pedido de Habeas Corpus negado pelo TJMA

Camilo Durans

Nesta quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por **Procurador de Justiça**, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, "uma vez arguida a suspeição do órgão do **Ministério Público**, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias".

O pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, porém, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Site: https://www.ma10.com.br/2021/09/23/lucas-porto-tem-pedido-de-habeas-corpus-negado-pelo-tjma/

Gestão e transparência nos municípios debatidas em São Luís (Geral | Controle)

São Luís - Vai ser realizado nesta quinta (23) e sexta-feira (24), em São Luís, por iniciativa do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) e dos Ministérios Públicos do Maranhão e de Santa Catarina, o seminário virtual "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", destinado a membros, servidores e estagiários do MP brasileiro, gestores municipais e vereadores. A transmissão da atividade será realizada pelo canal da **Escola Superior do MPMA** (ESMP) no YouTube.

Site:
https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/09/23/gestao-e-transparencia-nos-municipios-debatidas-em-seminario-virtual/

EM CODÓ, COMANDANTE DA PM RECEBE JUIZ E PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CIDADE

Leandro de Sá

Menu

Na última segunda-feira (20), o Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar- Johnny de Almeida Alves, recebeu a visita do Dr. Carlos Eduardo, Diretor do Fórum e do Dr. Weskley, **Promotor de Justiça**, da cidade de Codó.

Na oportunidade foi apresentado os números da redução da criminalidade e materializada a entrega de novos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's para o Esquadrão Águia do 17º BPM, os quais foram adquiridos através de parcerias entre o Poder Judiciário do Maranhão e o **Ministério Público** para o 17º BPM, por meio de transações penais. Os novos materiais foram distribuídos aos policiais militares que operam no Motopatrulhamento e, que já pouco mais de um mês, participaram do I Nivelamento de Motopatrulhamento Tático do 17º BPM.

" Agradecemos ao Poder Judiciário e ao **Ministério Público** do Estado do Maranhão, aqui representados pelo Dr. Carlos Eduardo e Dr. Weskley, pela parceria com o 17º BPM , somando com o trabalho da PMMA nas cidades de Codó e Timbiras.

Os EPI's do Esquadrão Águia são materiais essenciais para a segurança dos militares durante o Motopatrulhamento, que trabalham fortemente desempenhando seu papel de proteger a sociedade."

Palavras do Comandante do 17º BPM- TC QOPM J. ALVES

Texto enviado ao BLOG DO DE SÁ

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog

Responsivo por: Jocean Martins

Site: https://www.blogdodesa.com.br/em-codo-comandante-da-pm-recebe-juiz-e-promotor-de-justica-da-cidade/

Criança de 3 anos morre após suspeita de abuso sexual em Barreirinhas

Marcial Lima

Uma criança de iniciais M.V.N com aproximadamente 03 anos deu entrada no Hospital Regional de Barreirinhas por volta das 18h00 desta quarta-feira (22), vítima de abuso sexual. Informações dão conta que a criança já chegou sem vida, os médicos tentaram reanimá-la porém sem sucesso. A criança é natural do povoado Cedro e de acordo com familiares a mesma estava brincando na casa do padrinho e quando chegou em casa pediu para fazer necessidades fisiológicas e ao tomar banho a criança já estava sem ar e desfalecendo.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2021/09/23/RDIOMIRANTEAM600SOLUSMA-05.51.30-05.53.15-1632388317.mp3

Operação Maria da Penha realiza 168 prisões em flagrante

Mônica Ferreira

Uma ação integrada entre a Polícia Civil e Polícia Militar do Maranhão batizada de "OPERAÇÃO MARIA DA PENHA" foi encerrada na última segunda-feira(20), com dados positivos no que tange o **combate à violência contra a mulher** em todo o Estado do Maranhão. A Operação que visava coibir e prevenir crimes violentos contra a mulher foi deflagrada entre os dias 20 agosto e 20 de setembro, sendo essa última data, o dia de alusão aos 15 anos da Lei de proteção às **mulheres vítimas de violência** doméstica. Além disso, a operação tinha como intuito o enfrentamento à violência doméstica e familiar, principalmente em sua forma mais grave, o feminicídio, por meio da conjunção e implementação de ações e políticas públicas integradas e articuladas em todo o território nacional.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2021/09/23/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-06.24.01-06.29.45-1632390717.mp3

Saneamento básico é discutido em reunião da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

Foi realizada nessa quarta-feira (22), na sede da Procuradoria Geral de Justiça, reunião da Comissão de Gestão Ambiental do **Ministério Público** do Estado do Maranhão. A primeira atividade foi a distribuição de 85 mudas de ipês para membros e servidores da instituição.

Representando o procuradorgeral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradorageral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, destacou o trabalho da Comissão em busca de mudanças de comportamentos de membros e servidores do MP.

A procuradora de justiça lembrou o Dia da Árvore, celebrado na última terça-feira (21), "fundamental recurso da natureza para a conservação da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos".

Durante a reunião, presidida pela procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, o **promotor de justiça** Cláudio Rebêlo Correia Alencar, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís apresentou uma palestra sobre saneamento básico no Maranhão e no Brasil.

A iniciativa faz parte de um projeto, que está sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão do **MPMA**, que se propõe a fazer um projeto de saneamento básico para os municípios maranhenses em 2022.

De acordo com Cláudio Alencar, o Maranhão é o estado em último lugar em relação ao saneamento, de acordo com números de uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Trata Brasil. O **promotor de justiça** também destacou os marcos legais da Política Nacional de Saneamento, observando que o tema engloba o abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Cláudio Alencar também apontou a diferença entre a coleta e o tratamento do esgoto. No Maranhão, segundo ele, apenas cerca de 30% do que é coletado passa por estações de tratamento.

"Precisamos trabalhar para mudar essa realidade, fazendo o convencimento dos gestores", apontou.

Ainda durante a reunião, houve a apresentação de práticas ambientais por integrantes da Comissão de Gestão Ambiental, composta por membros e servidores da instituição.

Nota de esclarecimento sobre o processo eleitoral do IHGM 2021

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE dos membros da Instituição, realizada no dia 10 de setembro último, deliberou pelo aceite de recurso apresentado pela Chapa 2, encabeçada pelos acadêmicos Dilercy Aragão Adler e José Augusto Silva Oliveira, negando, por outro lado, as contrarrazões feitas pela Chapa 1, que tem à frente Euges Lima e Washington Cantanhede.

O Recurso apresentado pela Chapa 2 solicitava, observando-se o disposto no Estatuto do IHGM, que fosse levada à Assembleia Geral Extraordinária do IHGM a validação do seu registro, impugnado pela Chapa 1.

O administrador pro tempore, Natalino Salgado Filho, indicado pelo **Ministério Público**, convocou a AGE, mas não submeteu aos associados o Recurso interposto pela Chapa 2, mantendo a sua impugnação, determinando ainda a realização da eleição, mesmo após a suspensão de sua realização pelo Presidente da Comissão Eleitoral, Pe.

Raimundo Gomes Meireles, em consonância com a determinação do **Ministério Público**. Fica claro que as decisões do administrador pro tempore feriram direitos constitucionais, bem como, infraconstitucionais, posto que desatendeu disposições estatutárias, ao desconsiderar a consulta ao Órgão máximo, a Assembleia, havendo supressão de instância, em matéria que deveria se pronunciar.

Foi efetivada a eleição, mas verificou-se que na ata lavrada, a Chapa 2, apesar de encontrar-se excluída do pleito, obteve a maioria dos votos, sendo computados 21 votosem detrimento dos 17 para a Chapa1.

Contudo, em atendimento à decisão do administrador interino, os votos da chapa 2 foram declarados nulos, sendoempossadaaChapa1, aindaquependenteda análise do recurso da Chapa 2 e das contrarrazões da Chapa 1 pela Assembleia, órgão soberano e legitimado para fazê-lo.

Para a Promotoria, assim como para a maioria dos associados, somente após a realização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para apreciar o recurso da Chapa 2 e as contrarrazões da Chapa 1, é que deveria ser realizada a eleição. Evitar-se-iam, assim, segundo o **Ministério Público**, as irregularidades praticadas no curso do processo eleitoral que redundaram em um ato de posse eivado de vícios, passível de nulidade, à medida que não conta com a decisão final da superior instância, in casu a Assembleia Geral.

Em 09 de setembro de 2021, foi encaminhado ao **Ministério Público** um relatório via e-mail institucional, subscrito por membros representantes da Chapa 2, por meio do qual foram relatados todos os fatos ocorridos durante o processo eleitoral da Entidade, sendo ao final informado quanto a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada pelo candidato ao cargo de presidente pela Chapa 1, visando deliberar sobre o recurso e as contrarrazões recursais, cuja reunião ocorreu no dia 06 de setembro de 2021.

Com base nas informações apresentadas, como medida acautelatória, foi expedido, pelo **Ministério Público**, ofício ao cartório "Cantuária de Azevedo", recomendando que se abstivesse em proceder ao registro de todo e qualquer documento encaminhado àquela unidade cartorária referente a Entidade, até que tais fatos fossem devidamente apurados.

Por outro lado, os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão acataram a recomendação da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Termo Judiciário de São Luís, fazendo convocação da Assembleia Geral Extraordinária, esta ocorrida no dia 10 de setembro. Nela foi aceito o recurso da Chapa 2, validando a votação nas eleições do dia 12 de agosto, na qual obteve 21 votos e a Chapa 1, 17. Acolhido o recurso da Chapa 2 e a consequente ratificação do escrutínio de 12 de agosto, o então Presidente da AGE, José Marcelo do Espírito Santo, deu posse aos membros eleitos.

No Procedimento Administrativo autuado no Órgão Ministerial e registrado sob o nº 025/2021 (SIMP nº 014089-500/2021), a Promotoria, após exaustiva análise, assim concluiu a sua Decisão: "Destarte, a Ata de Eleição e Posse realizada no dia 10 de setembro de 2021, deve ser levada a cartório para que surta seus jurídicos e legais efeitos." Em ato contínuo, a Chapa 2 solicitou ao Cartório "Cantuária de Azevedo"

o registro da Ata da AGE (realizada dia 10), segunda feira, dia 12, pela manhã, ficando no aguardo das providências cabíveis.

Em um mês, mais de duas mil mulheres são vítimas de violência doméstica no Maranhão

Na manhã dessa quarta-feira (22), na Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Jaracati, as polícias Militar e Civil anunciaram os resultados da operação nacional Maria da Penha, realizada no Maranhão.

As ações, coordenadas pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública**, acontecerem entre 20 de agosto e 20 de setembro, sendo que o objetivo foi reforçar o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres.

Durante este período, foram realizados 2.239 atendimentos de crimes relacionados à Lei Maria da Penha.

A coronel Augusta Andrade, que comanda a Segurança Comunitária de São Luís e é coordenadora a Patrulha Maria da Penha, informou que durante a operação foram acompanhadas 1.867 medidas preventivas de urgência, houve 40 prisões por violência doméstica, oito prisões por descumprimento de Medidas Protetivas e 39 atendimentos de descumprimento de medidas protetivas de urgência, sem prisão.

"Estes dados são frutos de trabalhos da Polícia Militar, durante a operação nacional Maria da Penha, que ocorreu durante 30 dias, tanto na região metropolitana de São Luís, quanto no interior do estado. A Patrulha Maria da Penha existe há cinco anos, mas esta foi a primeira vez que participamos de uma operação que ocorreu no Brasil todo", informou Augusta Andrade.

Segundo a coordenadora da Patrulha Maria da Penha, foi empregado um efetivo de 220 policiais militares e 69 viaturas. Durante a operação, também foram apreendidas sete armas de fogo em ocorrências de violência doméstica e familiar, além de 15 armas brancas.

CIOPS Pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), segundo Augusta, houve 559 ocorrências de lesão corporal a mulher. Teve também registros de ameaça (86), assédio (5), estupro (4) e descumprimento de medidas protetivas de urgência (35).

PC ALCANÇOU 96 CIDADES A delegada titular da Delegacia da Mulher, Kazumi Tanaka, informou que a Polícia Civil participou da operação nacional Maria da Penha, em 96 cidades maranhenses.

Segundo Kazumi, houve 38 mandados de prisão cumpridos; 168 prisões em flagrante, e 596 inquéritos instaurados.

"São números bastante expressivos. Além dos resultados quantitativos, durante os 30 dias de operação, fizemos ainda um trabalho educativo nas cidades e comunidades, com palestras sobre a violência doméstica", disse a delegada Kazumi.

"OPERAÇÃO MARIA DA PENHA", EM 30 DIAS, POLÍCIA CIVIL PRENDEU 206 PESSOAS POR COMETEREM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MARANHÃO

Redação Grajaú de Fato

O Portal em movimento

O Portal em movimento

O Portal em movimento

O Portal em movimento

POR: ASCOM-PCMA

Uma ação integrada entre a Polícia Civil e Polícia Militar do Maranhão batizada de "OPERAÇÃO MARIA DA PENHA" foi encerrada na última segunda-feira(20), com dados positivos no que tange o **combate à violência contra a mulher** em todo o Estado do Maranhão. A Operação que visava coibir e prevenir crimes violentos contra a mulher foi deflagrada entre os dias 20 agosto e 20 de setembro, sendo essa última data, o dia de alusão aos 15 anos da Lei de proteção às **mulheres vítimas de violência** doméstica.

Além disso, a operação tinha como intuito o enfrentamento à violência doméstica e familiar, principalmente em sua forma mais grave, o feminicídio, por meio da conjunção e implementação de ações e políticas públicas integradas e articuladas em todo o território nacional.

Fonte: PC/MA

© 2008 - 2021 Grajaú de Fato - Todos os direitos reservados.

Site: https://grajaudefato.com.br/maranhao/seguranca-publica/policia-civil/operacao-maria-da-penha-em-30-dias-policia-civil-prendeu-206-pessoas-por-cometerem-violencia-contra-a-mulher-no-maranhao/

Em um mês, mais de duas mil mulheres são vítimas de violência doméstica no Maranhão

Susan Lucena, diretora da Casa da Mulher Brasileira; coronel Augusta e a delegada Kazumi Tanaka, durante

apresentação do resultado da Operação Maria da Penha (Foto: Divulgação)

Na manhã dessa quarta-feira (22), na Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Jaracati, as polícias Militar e Civil anunciaram os resultados da operação nacional Maria da Penha, realizada no Maranhão . As ações, coordenadas pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública**, acontecerem entre 20 de agosto e 20 de setembro, sendo que o objetivo foi reforçar o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres . Durante este período, foram realizados 2.239 atendimentos de crimes relacionados à Lei Maria da Penha.

A coronel Augusta Andrade, que comanda a Segurança Comunitária de São Luís e é coordenadora a Patrulha Maria da Penha, informou que durante a operação foram acompanhadas 1.867 medidas preventivas de urgência, houve 40 prisões por violência doméstica, oito prisões por descumprimento de Medidas Protetivas e 39 atendimentos de descumprimento de medidas protetivas de urgência, sem prisão.

"Estes dados são frutos de trabalhos da Polícia Militar, durante a operação nacional Maria da Penha, que ocorreu durante 30 dias, tanto na região metropolitana de São Luís, quanto no interior do estado. A Patrulha Maria da Penha existe há cinco anos, mas esta foi a primeira vez que participamos de uma operação que ocorreu no Brasil todo", informou Augusta Andrade.

Segundo a coordenadora da Patrulha Maria da Penha, foi empregado um efetivo de 220 policiais militares e 69 viaturas. Durante a operação, também foram apreendidas sete armas de fogo em ocorrências de violência doméstica e familiar, além de 15 armas brancas.

CIOPS

Pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), segundo Augusta, houve 559 ocorrências de lesão corporal a mulher. Teve também registros de ameaça (86), assédio (5), estupro (4) e descumprimento de medidas protetivas de urgência (35).

PC ALCANÇOU 96 CIDADES

A delegada titular da Delegacia da Mulher, Kazumi Tanaka, informou que a Polícia Civil participou da operação nacional Maria da Penha, em 96 cidades maranhenses.

Segundo Kazumi, houve 38 mandados de prisão cumpridos; 168 prisões em flagrante, e 596 inquéritos instaurados. "São números bastante expressivos. Além dos resultados quantitativos, durante os 30 dias de operação, fizemos ainda um trabalho educativo nas cidades e comunidades, com palestras sobre a violência doméstica", disse a delegada.

Site: https://jornalpequeno.com.br/2021/09/23/em-um-mes-mais-de-duas-mil-mulheres-sao-vitimas-de-violencia-domestica-no-maranhao/

SÃO LUÍS - MARANHÃO | QUINTA-FEIRA | 23 DE SETEMBRO DE 2021 | JORNAL PEQUENO

"A tragédia da vida é o que morre dentro do homem enquanto ele vive".

(Albert Schweitzer)

Maranhão: Portos, ferrovias e energia limpa

A presença do Maranhão é cada vez mais indispensável no atlas do desenvolviment o econômico do Brasil. Há muito se falava no "futuro promissor" do Maranhão, diante das perspectivas daquela época da construção do Porto do Itaqui, da pavimentação da Estrada Belém-Brasília, da Estrada São Luís-Teresina, da Estrada de Ferro Carajás, da Ferrovia Norte-Sul, do polo agrícola da região de Balsas, da produção de alumínio e alumina, Hidrelétrica de Boa Esperança, dentre outros sonhos. Felizmente, todos esses e muitos outros sonhos se tornaram realidade e hoje seria impossível pensar o Maranhão sem esses avanços. Aquele "futuro promissor" de que se falava nos anos 60, 70, 80 e 90 chegou e veio pra ficar.

O Maranhão se prepara para novos desafios que a economia global lhe impõe. O Complexo do Itaqui ostenta posição exemplar no ranking nacional de gestão portuária, colocando o nosso Estado entre os maiores exportadores mundiais de minério e grãos. Mas a economia maranhense e regional já exige mais.

O mapa rodoviário estadual do Maranhão está transformado para melhor, de Norte a Sul, de Leste e Oeste, com os investimentos realizados pelo atual governo. A Estrada de Ferro Carajás, que tornou a Vale a potência empresarial que é, já está quase no limite máximo de sua utilização.

O polo Agrícola da Região de Balsas se estende, atualmente, a mais de 30 municípios e fez emergir o cultivo da soja na região de Chapadinha, que, também, já constitui um importante polo de grãos. Alumínio e alumina se destacam no setor minero-metalúrgico.

A energia é, e sempre será, um insumo indispensável a todo processo de desenvolvimento econômico e social. O mundo vive hoje em busca de energias limpas que possibilitem a redução da emissão de carbono. O nordeste brasileiro e especialmente o Maranhão se preparam para sediar um "hub" de produção de energias renovável, eólica e solar.

Isso levará o Estado à produção de hidrogênio verde, a energia que moverá o mundo a partir dos anos 2020/2030. Nesse particular, vislumbra-se um novo ciclo de desenvolvimento econômico do Maranhão, com a sua gigantesca potencialidade.

O Governo do Estado, a Universidade Federal do Maranhão, a Fiema e a Equatorial, concessionária local de energia elétrica, já iniciaram uma sólida parceria visando aos primeiros passos nessa direção.

Com as bases sociais e econômicas lançadas e consolidadas pelo governo Flávio Dino, o Maranhão desperta o interesse de investidores nacionais e internacionais que aqui querem expandir os seus negócios, gerando emprego, renda e melhoria da qualidade de vida dos maranhenses.

Nesse contexto, surge o projeto do TPA (Terminal Portuário de Alcântara), recentemente premiado com Troféu Painel 2021, concedido pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia, como o melhor empreendimento privado.

A empresa Grão-Pará Multimodal S.A, que já foi autorizada a construir e explorar a ferrovia entre Alcântara e Açailândia, demonstra com esse projeto a necessidade de ampliação da nossa capacidade portuária. Do mesmo modo, a empresa VLI foi também autorizada a construir e explorar ferrovia ligando Balsas a Estreito, onde haverá ponto de intersecção com a Ferrovia Norte–Sul.

O vice-governador do Estado, Carlos Brandão, a quem o governador Flávio Dino incumbiu a liderança do processo de atração de investimentos para acelerar o desenvolvimento econômico do Estado, coordena a construção de planos de longo prazo, capazes de garantir a manutenção da economia estadual na trajetória de crescimento com justiça social e geração de mais oportunidades de emprego e renda.

Nessa terça-feira, como se viu, Carlos Brandão participou da recepção do Governo do Estado a uma comitiva dos embaixadores e empresários da Indonésia, Malásia, Mianmar, Vietnã, Tailândia, Cingapura e Filipinas. Eles vieram conhecer, de perto, o Maranhão e as oportunidades de investimento.

O projeto da Grão-Pará Maranhão, em relação ao TPA, e as ferrovias recém autorizadas se somam a muitos outros empreendimentos que chegam ao Maranhão para comprovar a confiança dos investidores no governo Flávio Dino, exitoso na condução das grandes transformações que melhoram o dia a dia do Estado em relação ao Nordeste, ao Brasil e ao mundo.

Saneamento básico é discutido em reunião da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

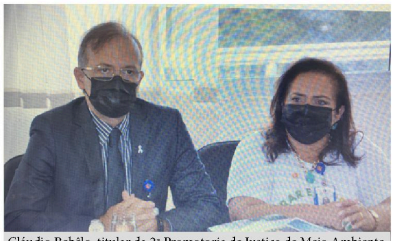
Foi realizada nessa quarta-feira (22), na sede da Procuradoria Geral de Justiça, reunião da Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão. A primeira atividade foi a distribuição de 85 mudas de ipês para membros e servidores da instituição.

Representando o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, destacou o trabalho da Comissão em busca de mudanças de comportamentos de membros e servidores do MP.

A procuradora de justiça lembrou o Dia da Árvore, celebrado na última terça-feira (21), "fundamental recurso da natureza para a conservação da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos".

Durante a reunião, presidida pela procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, o promotor de justiça Cláudio Rebêlo Correia Alencar, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís apresentou uma palestra sobre saneamento básico no Maranhão e no Brasil.

A iniciativa faz parte de um projeto, que está sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA, que se propõe a fazer um projeto de saneamento básico para os municípios maranhenses em 2022.



Cláudio Rebêlo, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de São Luís, falou sobre saneamento básico

De acordo com Cláudio Alencar, o Maranhão é o estado em último lugar em relação ao saneamento, de acordo com números de uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Trata Brasil. O promotor de justiça também destacou os marcos legais da Política Nacional de Saneamento, observando que o tema engloba o abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Cláudio Alencar também apontou a diferença entre a coleta e o tratamento do esgoto. No Maranhão, segundo ele, apenas cerca de 30% do que é coletado passa por estações de tratamento. "Precisamos trabalhar para mudar essa realidade, fazendo o convencimento dos gestores", apontou.

Ainda durante a reunião, houve a apresentação de práticas ambientais por integrantes da Comissão de Gestão Ambiental, composta por membros e servidores da instituição.

Governo lança material para estimular mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros

Possibilitar uma mobilidade urbana menos poluente e mais sustentável foi o tema em debate promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, durante o segundo dia da Semana da Mobilidade – que tem o objetivo de discutir aspectos relacionados ao tema e conscientizar a população sobre o assunto.

Como parte da atividade da última terça-feira (21), foi lançado o caderno técnico Transição para uma Mobilidade Zero Emissões. Elaborado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o apoio do Global Environment Facility (GEF), a proposta é que o documento possa servir como instrumento de orientação e apoio ao poder público para promover aspectos essenciais da mobilidade urbana no Brasil.

Fernando Araldi, coordenador de gestão integrada do MDR, comentou a importância da publicação. "Para a execução de um programa de mobilidade com essas características, é necessário que haja um conhecimento do que é a mobilidade de baixo carbono.

(COM INFORMAÇÕES DO BRASIL 61)

ALUGA-SE PARA EVENTOS
TEMPORADAS E FINAIS DE SEMANA. RESERVE AGORA:
Piscina, campo de futebol, churrasqueira e toda estrutura que você merece.
99974-4522 / 98725-9606 / 98109-5310

70 anos JORNAL PEQUENO
Diretora Presidente - Hilda Marques Bogéa | Diretor de Jornalismo - Lourival Marques Bogéa | Diretor de Distribuição - Luiz Antônio Marques Bogéa
Sócios-Diretores - José Ribamar Bogéa Filho, Luis Eduardo Marques Bogéa e Gutemberg Marques Bogéa
TELEFONES
Recepção: 98 99604-2259 | Assinatura: 98 98147-3402 / 98 98906-6313 | Redação: 98 99114-5166 | Circulação: 98 98738-5960
Comercial: 98 99615-7079 | JP Turismo: 98 99602-2859 / 98 98818-1223
Assinatura Mensal: R$ 40,00 | Assinatura Trimestral: R$ 120,00 | Assinatura Semestral: R$ 240,00 | Assinatura Anual: R$ 480,00
www.jornalpequeno.com.br | redacao@jornalpequeno.com.br | comercial: publicacaojp@gmail.com

Abraço do Dia

O nosso abraço desta quinta-feira vai para o ator e cineasta maranhense, Breno Nina, que teve o filme "Quanto Pesa" selecionado para a IV Mostra Sesc de Cinema. A competição nacional bateu recorde de inscrições, com mais de 1.900 obras de todas as regiões do país.

Tuitaços

• regra de bolso: Quem apela para o "a história me absolverá" e semelhantes é pq fez uma lambança imensa. @lmonasterio

• A ausência de diplomatas brasileiros pelo restante da Assembleia da ONU por causa de dois casos de Covid é a vez de o 7 a 1 se repetir como farsa. @marvio

• O discurso de Jair Bolsonaro na ONU deveria ser lacônico e ilustrativo do seu governo: mostrar o dedo médio e cair fora. @mariosabinof

• Eu vejo gente falando de doença da Urina Preta, mas não vi ninguém se perguntando se tem a ver com a mineração desenfreada ou com os garimpos ilegais despejando um monte de sujeira nos rios. Parece que os últimos dois anos aumentou o número de ilegalidades nessas atividades. @mediciland

• Aí alguém em algum lugar no mundo diz : " Nada mas me abala Nessa vida " aí vem tsuname, urina preta vulcão em erupção. @oprestez

• A pandemia revelou o enorme contigente de profissionais de saúde que atuou com dignidade e sacrifício. Mas também o enorme número de mal-intencionados que lucram com a indústria da morte desnecessária. @frednavarro

Rarará

Duas velhinhas bem velhinhas estão jogando sua canastra semanal. Uma delas olha para a outra e diz:

— Por favor, não me leve a mal. Nós somos amigas há tanto tempo e agora eu não consigo me lembrar do seu nome, veja só a minha cabeça. Qual é o seu nome mesmo?

A outra olha fixamente para amiga, por uns dois minutos, coça a testa e diz:

— Você precisa dessa informação agora mesmo?

Sobe/Desce

Sobe

O Maranhão já conta com todos os 217 municípios vacinando a faixa etária de 18 anos com a primeira dose da vacina contra a Covid-19. O resultado positivo conta com a contribuição do Governo do Estado, que tem trabalho em parceria com as prefeituras maranhenses com o objetivo de acelerar a imunização.

Desce

Dois funcionários da Caema foram presos por suspeita de envolvimento em fraudes na companhia. A dupla teria causado um prejuízo de mais de R$ 500.000,00, ao acessar os sistemas e negociar dívidas diretamente com clientes.

Saneamento básico é discutido em reunião da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

Foi realizada nessa quarta-feira (22), na sede da Procuradoria Geral de Justiça, reunião da Comissão de Gestão Ambiental do **Ministério Público** do Estado do Maranhão. A primeira atividade foi a distribuição de 85 mudas de ipês para membros e servidores da instituição.

Representando o procuradorgeral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradorageral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, destacou o trabalho da Comissão em busca de mudanças de comportamentos de membros e servidores do MP.

A procuradora de justiça lembrou o Dia da Árvore, celebrado na última terça-feira (21), "fundamental recurso da natureza para a conservação da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos".

Durante a reunião, presidida pela procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, o **promotor de justiça** Cláudio Rebêlo Correia Alencar, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís apresentou uma palestra sobre saneamento básico no Maranhão e no Brasil.

A iniciativa faz parte de um projeto, que está sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão do **MPMA**, que se propõe a fazer um projeto de saneamento básico para os municípios maranhenses em 2022.

De acordo com Cláudio Alencar, o Maranhão é o estado em último lugar em relação ao saneamento, de acordo com números de uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Trata Brasil. O **promotor de justiça** também destacou os marcos legais da Política Nacional de Saneamento, observando que o tema engloba o abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Cláudio Alencar também apontou a diferença entre a coleta e o tratamento do esgoto. No Maranhão, segundo ele, apenas cerca de 30% do que é coletado passa por estações de tratamento.

"Precisamos trabalhar para mudar essa realidade, fazendo o convencimento dos gestores", apontou.

Ainda durante a reunião, houve a apresentação de práticas ambientais por integrantes da Comissão de Gestão Ambiental, composta por membros e servidores da instituição.

SÃO LUÍS - MARANHÃO | QUINTA-FEIRA | 23 DE SETEMBRO DE 2021 | JORNAL PEQUENO

Geral 11

redacao@jornalpequeno.com.br | www.jornalpequeno.com.br

"Infraestrutura avança por todo o Maranhão com obras em todos os setores", destaca o secretário Clayton Noleto

JORGE RIBEIRO

Em entrevista à Rádio Timbira na manhã dessa quarta-feira (22), o secretário de Estado da Infraestrutura (Sinfra), Clayton Noleto, falou sobre os investimentos do governo do Maranhão em obras e serviços. O secretário Clayton Noleto destacou o compromisso do governo do Maranhão em desenvolver o Estado como um todo. "Se você pegar o mapa do Maranhão hoje e verificar os investimentos feitos em todas as regiões, você vai ver que nós temos um planejamento para promover o desenvolvimento do Estado de maneira equilibrada, de modo que todas as regiões aproveitem as suas vocações", afirmou.

EM ANDAMENTO

Alcançando os 217 municípios, o Estado já levou melhorias e desenvolvimento a todos os maranhenses. Mesmo diante do cenário nacional difícil, o Maranhão tem avançado no setor de infraestrutura. "Apesar das crises que têm atingido o Brasil, nós temos conseguido avançar na execução de obras", afirmou o secretário.

Por isso, muitos são os setores que estão com movimento de obras no Estado. A respeito das rodovias, o secretário avaliou a importância das restaurações e manutenções nas vias estaduais para a mobilidade interurbana. "Estamos finalizando a MA-006 entre Arame e Buriticupu, já aguardada há décadas, e essencial para a movimentação da soja em todo o Estado", comentou Clayton. Outros trechos dessa rodovia também estão em andamento, como entre Grajaú e Formosa da Serra Negra.

Na saúde, o destaque ficou com as obras do Hospital da Ilha, o maior hospital de Urgência e Emergência do Estado, que vai ser inaugurado ainda este ano e aumentar a oferta de saúde com qualidade no Maranhão.

O esporte e o lazer também ganharam investimentos. O secretário comentou as obras que estão sendo executadas em São Raimundo do Azeitão, com a construção de um Parque Ambiental, que se tornará um cartão postal para a cidade, e uma Praça da Família, para o entretenimento de todos.

ÚLTIMAS ENTREGAS

Clayton Noleto ressaltou também as últimas obras entregues no estado, como as rodovias MA-119, entre Santa Luíza e Altamira, e a MA-313, entre São Vicente Ferrer e Cajapió, além do Iema de Coroatá e o Hospital do Servidor. Todo esse esforço, em todos os setores da economia e política pública, é para levar ainda mais desenvolvimento e melhores condições de vida para todos os maranhenses.

Recentemente entregue, a restauração da MA-119 também é um investimento do governo do Maranhão

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DO IHGM 2021

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE dos membros da Instituição, realizada no dia 10 de setembro último, deliberou pelo aceite de recurso apresentado pela Chapa 2, encabeçada pelos acadêmicos Dilercy Aragão Adler e José Augusto Silva Oliveira, negando, por outro lado, as contrarrazões feitas pela Chapa 1, que tem à frente Euges Lima e Washington Cantanhede.

O Recurso apresentado pela Chapa 2 solicitava, observando-se o disposto no Estatuto do IHGM, que fosse levada à Assembleia Geral Extraordinária do IHGM a validação do seu registro, impugnado pela Chapa 1.

O administrador pro tempore, Natalino Salgado Filho, indicado pelo Ministério Público, convocou a AGE, mas não submeteu aos associados o Recurso interposto pela Chapa 2, mantendo a sua impugnação, determinando ainda a realização da eleição, mesmo após a suspensão de sua realização pelo Presidente da Comissão Eleitoral, Pe. Raimundo Gomes Meireles, em consonância com a determinação do Ministério Público. Fica claro que as decisões do administrador pro tempore feriram direitos constitucionais, bem como, infraconstitucionais, posto que desatendeu disposições estatutárias, ao desconsiderar a consulta ao Órgão máximo, a Assembleia, havendo supressão de instância, em matéria que deveria se pronunciar.

Foi efetivada a eleição, mas verificou-se que na ata lavrada, a Chapa 2, apesar de encontrar-se excluída do pleito, obteve a maioria dos votos, sendo computados 21 votosem detrimento dos 17 para a Chapa1. Contudo, em atendimento à decisão do administrador interino, os votos da chapa 2 foram declarados nulos, sendoempossadaaChapa1, aindaquependenteda análise do recurso da Chapa 2 e das contrarrazões da Chapa 1 pela Assembleia, órgão soberano e legitimado para fazê-lo.

Para a Promotoria, assim como para a maioria dos associados, somente após a realização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para apreciar o recurso da Chapa 2 e as contrarrazões da Chapa 1, é que deveria ser realizada a eleição. Evitar-se-iam, assim, segundo o Ministério Público, as irregularidades praticadas no curso do processo eleitoral que redundaram em um ato de posse eivado de vícios, passível de nulidade, à medida que não conta com a decisão final da superior instância, in casu a Assembleia Geral.

Em 09 de setembro de 2021, foi encaminhado ao Ministério Público um relatório via e-mail institucional, subscrito por membros representantes da Chapa 2, por meio do qual foram relatados todos os fatos ocorridos durante o processo eleitoral da Entidade, sendo ao final informado quanto a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada pelo candidato ao cargo de presidente pela Chapa 1, visando deliberar sobre o recurso e as contrarrazões recursais, cuja reunião ocorreu no dia 06 de setembro de 2021.

Com base nas informações apresentadas, como medida acautelatória, foi expedido, pelo Ministério Público, ofício ao cartório "Cantuária de Azevedo", recomendando que se abstivesse em proceder ao registro de todo e qualquer documento encaminhado àquela unidade cartorária referente a Entidade, até que tais fatos fossem devidamente apurados.

Por outro lado, os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão acataram a recomendação da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Termo Judiciário de São Luís, fazendo convocação da Assembleia Geral Extraordinária, esta ocorrida no dia 10 de setembro. Nela foi aceito o recurso da Chapa 2, validando a votação nas eleições do dia 12 de agosto, na qual obteve 21 votos e a Chapa 1, 17. Acolhido o recurso da Chapa 2 e a consequente ratificação do escrutínio de 12 de agosto, o então Presidente da AGE, José Marcelo do Espírito Santo, deu posse aos membros eleitos.

No Procedimento Administrativo autuado no Órgão Ministerial e registrado sob o nº 025/2021 (SIMP nº 014089-500/2021), a Promotoria, após exaustiva análise, assim concluiu a sua Decisão:

"Destarte, a Ata de Eleição e Posse realizada no dia 10 de setembro de 2021, deve ser levada a cartório para que surta seus jurídicos e legais efeitos."

Em ato contínuo, a Chapa 2 solicitou ao Cartório "Cantuária de Azevedo" o registro da Ata da AGE (realizada dia 10), segunda feira, dia 12, pela manhã, ficando no aguardo das providências cabíveis.

Corregedoria da Justiça aprimora serviços na região sul do Estado

A ação itinerante da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) na região sul do Estado tem contribuído para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais. Com o apoio dos juízes auxiliares, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, tem percorrido as comarcas da região para acompanhar os serviços prestados.

Durante as visitas técnicas, os juízes auxiliares trocam experiências com magistrados locais, além de orientar servidores e cartorários para a correta execução dos serviços e uso dos sistemas de gestão processual.

O juiz Márcio Brandão, que possui experiência na área criminal e execução penal, conversou com os magistrados sobre o funcionamento de procedimentos criminais e a operacionalização dos plantões regionais criminais, que também contemplam as audiências de custódia.

Oportunidades de melhorias foram identificadas debatidas algumas propostas de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.

Servidores de secretarias estão sendo orientados a utilizar de forma adequada as ferramentas que estão disponíveis para melhor execução dos serviços. Essa tem sido uma das tarefas do juiz corregedor Nilo Ribeiro Filho, que explica como utilizar as funcionalidades do Sistema Termojúris e extrair planilhas e dados para o melhor gerenciamento da unidade judicial.

"Durante a conversa com servidores, fazemos a exposição prática de como é realizada a verificação detalhada, por exemplo, dos processos que se encontram paralisados na secretaria. Com as informações obtidas, é possível restabelecer o curso processual, o que possibilita mais celeridade na tramitação", explicou.

VENDO PONTO COMERCIAL

TODO MOBILIADO, LOCALIZADO NA AV. DOS FRANCESES Nº 38-B (PRÓXIMO AO DETRAN). ACEITA-SE VEÍCULO NO NEGÓCIO.

CONTATO: (98) 9 8802 7888.

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. A Comissão Permanente de Licitação – CPL, do Município de São Pedro dos Crentes – MA, avisa aos interessados que realizará na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Canaã, 102, Centro, CEP 65.978-000, São Pedro dos Crentes – MA, Licitação Pública na modalidade abaixo discriminada na forma da Lei Federal nº 8666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas pertinentes à espécie. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min, das 14h00min às 17h00min, site do município ou através do e-mail: cplpmspc@hotmail.com

Tomada de Preços nº 005/2021	Data/Hora de Abertura 11/10/2021 – 08hs30min. Menor Preço Global
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de perfuração de Poços Artesianos, no Município de São Pedro dos Crentes - MA.	

São Pedro dos Crentes – MA, 22 de setembro de 2021. Semaias da Silva Morais – Presidente da CPL.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP
ERRATA
LICITAÇÃO LRE PRESENCIAL Nº 001/2021 – EMAP

A **EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP** torna público aos interessados a ERRATA relativa ao Anexo I – BRIEFING – do Edital da Licitação Pública LRE PRESENCIAL Nº 001/2021-EMAP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade, por intermédio de agência de propaganda, cujo objeto inclui a concepção e elaboração de peças publicitárias – criação e produção de conteúdos impressos e audiovisuais especializadas nos métodos, na arte e nas técnicas publicitárias, estudo, concepção, execução e distribuição de propaganda aos veículos de comunicação, contemplando, ainda: o estudo, a concepção, a execução interna, a supervisão da execução externa (produção) e a distribuição de campanhas e peças publicitárias que envolvam ou não veiculação, o desenvolvimento, execução e elaboração de marcas e expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual que se fizerem necessários dentro do processo de criação de campanhas e peça, nos seguintes termos:

1) No Anexo I – BRIEFING: do Edital, item 2 - Vantagens Competitivas do Porto do Itaqui, no campo "Infraestrutura", página 49, **onde se lê:** "O Porto de Itaqui possui 8 bergos operacionais com profundidades que variam de 10-19 metros", **Leia-se:** "O Porto de Itaqui possui 8 bergos operacionais com profundidades que variam de 12 a 19 metros";

2) No Anexo I – BRIEFING: do Edital, item 2 - Vantagens Competitivas do Porto do Itaqui, no campo "Infraestrutura", página 49, **onde se lê:** "Os oito bergos do Itaqui possuem entre 13 e 19 metros de profundidade", **Leia-se:** "Os oito bergos do Itaqui possuem entre 12 e 19 metros de profundidade"

3) As demais condições do Edital e seus anexos, inclusive a data de abertura do certame, permanecem inalteradas.

São Luís – MA, 17 de setembro de 2021
Caroline Santos Maranhão
Presidente da CSL/EMAP

ESTADO DO MARANHÃO
CARTÓRIO DA 2ª ZONA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE SAO LUÍS OFICIAL REGISTRADORA ROSSELINE PRIVADO RODRIGUES
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2314
MATRICULA: 0300070155 2021 8 00009 014 0002314 55
PRAZO 15 DIAS

O OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DA 2ª ZONA DA CAPITAL DE SÃO LUÍS FAZ SABER A QUEM INTERESSA QUE MARCO AURELIO FERREIRA MATOS, NACIONALIDADE BRASILEIRO, NATURAL DE SÃO LUÍS-MA, PROFISSÃO VENDEDOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, RESIDENTE NESTA CAPITAL, FILHO(A) JOANA FERREIRA MATOS.

PATRICIA SANTANA FERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, NATURAL DE SÃO LUÍS – MA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, RESIDENTE NESTA CAPITAL, FILHO(A) APONSO CARLOS CAMPOS FERNANDES E DAISY DE FÁTIMA SANTANA FERNANDES.

REQUEREM HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO. QUEM TIVER CONHECIMENTO DE ALGUM IMPEDIMENTO E/OU CAUSA SUSPENSIVA (ART. 1525 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL) PODERÁ APRESENTÁ-LO POR ESCRITO PERANTE ESTE CARTÓRIO. DADO E PASSADO ESTE, EM 21 DE 09 DE 2021.

São Luís (MA) 21 de 09 de 2021

ESTADO DO MARANHÃO
CARTÓRIO DA 2a ZONA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE SÃO LUÍS OFICIAL REGISTRADORA ROSSELINE PRIVADO RODRIGUES
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2313
MATRÍCULA: 0300070155 2021 6 QQDQ9 013 0002313 57
PRAZO 15 DIAS

O OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DA 2ª ZONA DA CAPITAL DE SÃO LUÍS FAZ SABER A QUEM INTERESSA QUE DEMILSON FARIAS, NACIONALIDADE BRASILEIRO, NATURAL DE SÃO LUÍS – MA, PROFISSÃO PORTEIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, RESIDENTE NESTA CAPITAL, FILHO(A) ROSA MARIA DA SILVA FARIAS.

LÍGIA REGINA GALVÃO FERREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, NATURAL DE SÃO LUÍS – MA, PROFISSÃO DOLAR, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, RESIDENTE NESTA CAPITAL, FILHO(A) JOSÉ ELIZEU COSTA FERREIRA E ELEDA MARIA GAVÃO FERREIRA.

REQUEREM HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO. QUEM TIVER CONHECIMENTO DE ALGUM IMPEDIMENTO E/OU CAUSA SUSPENSIVA (ART. 1525 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL) PODERÁ APRESENTÁ-LO POR ESCRITO PERANTE ESTE CARTÓRIO. DADO E PASSADO ESTE, EM 21 DE 09 DE 2021.

São Luís (MA) 21 DE 09 DE 2021

Nota de esclarecimento sobre o processo eleitoral do IHGM 2021

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE dos membros da Instituição, realizada no dia 10 de setembro último, deliberou pelo aceite de recurso apresentado pela Chapa 2, encabeçada pelos acadêmicos Dilercy Aragão Adler e José Augusto Silva Oliveira, negando, por outro lado, as contrarrazões feitas pela Chapa 1, que tem à frente Euges Lima e Washington Cantanhede.

O Recurso apresentado pela Chapa 2 solicitava, observando-se o disposto no Estatuto do IHGM, que fosse levada à Assembleia Geral Extraordinária do IHGM a validação do seu registro, impugnado pela Chapa 1.

O administrador pro tempore, Natalino Salgado Filho, indicado pelo **Ministério Público**, convocou a AGE, mas não submeteu aos associados o Recurso interposto pela Chapa 2, mantendo a sua impugnação, determinando ainda a realização da eleição, mesmo após a suspensão de sua realização pelo Presidente da Comissão Eleitoral, Pe.

Raimundo Gomes Meireles, em consonância com a determinação do **Ministério Público**. Fica claro que as decisões do administrador pro tempore feriram direitos constitucionais, bem como, infraconstitucionais, posto que desatendeu disposições estatutárias, ao desconsiderar a consulta ao Órgão máximo, a Assembleia, havendo supressão de instância, em matéria que deveria se pronunciar.

Foi efetivada a eleição, mas verificou-se que na ata lavrada, a Chapa 2, apesar de encontrar-se excluída do pleito, obteve a maioria dos votos, sendo computados 21 votosem detrimento dos 17 para a Chapa1.

Contudo, em atendimento à decisão do administrador interino, os votos da chapa 2 foram declarados nulos, sendoempossadaaChapa1, aindaquependenteda análise do recurso da Chapa 2 e das contrarrazões da Chapa 1 pela Assembleia, órgão soberano e legitimado para fazê-lo.

Para a Promotoria, assim como para a maioria dos associados, somente após a realização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para apreciar o recurso da Chapa 2 e as contrarrazões da Chapa 1, é que deveria ser realizada a eleição. Evitar-se-iam, assim, segundo o **Ministério Público**, as irregularidades praticadas no curso do processo eleitoral que redundaram em um ato de posse eivado de vícios, passível de nulidade, à medida que não conta com a decisão final da superior instância, in casu a Assembleia Geral.

Em 09 de setembro de 2021, foi encaminhado ao **Ministério Público** um relatório via e-mail institucional, subscrito por membros representantes da Chapa 2, por meio do qual foram relatados todos os fatos ocorridos durante o processo eleitoral da Entidade, sendo ao final informado quanto a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada pelo candidato ao cargo de presidente pela Chapa 1, visando deliberar sobre o recurso e as contrarrazões recursais, cuja reunião ocorreu no dia 06 de setembro de 2021.

Com base nas informações apresentadas, como medida acautelatória, foi expedido, pelo **Ministério Público**, ofício ao cartório "Cantuária de Azevedo", recomendando que se abstivesse em proceder ao registro de todo e qualquer documento encaminhado àquela unidade cartorária referente a Entidade, até que tais fatos fossem devidamente apurados.

Por outro lado, os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão acataram a recomendação da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Termo Judiciário de São Luís, fazendo convocação da Assembleia Geral Extraordinária, esta ocorrida no dia 10 de setembro. Nela foi aceito o recurso da Chapa 2, validando a votação nas eleições do dia 12 de agosto, na qual obteve 21 votos e a Chapa 1, 17. Acolhido o recurso da Chapa 2 e a consequente ratificação do escrutínio de 12 de agosto, o então Presidente da AGE, José Marcelo do Espírito Santo, deu posse aos membros eleitos.

No Procedimento Administrativo autuado no Órgão Ministerial e registrado sob o nº 025/2021 (SIMP nº 014089-500/2021), a Promotoria, após exaustiva análise, assim concluiu a sua Decisão: "Destarte, a Ata de Eleição e Posse realizada no dia 10 de setembro de 2021, deve ser levada a cartório para que surta seus jurídicos e legais efeitos." Em ato contínuo, a Chapa 2 solicitou ao Cartório "Cantuária de Azevedo"

o registro da Ata da AGE (realizada dia 10), segunda feira, dia 12, pela manhã, ficando no aguardo das providências cabíveis.